

---

## Editorial

### O outro, o mesmo

Com a publicação do presente número, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* retoma a sua periodicidade ao mesmo tempo em que se prepara para alçar novos voos neste auspicioso ano de 2012, quando a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais completa 120 anos de atividades ininterruptas. Datas assim são importantes não apenas por seu caráter “museológico”, servindo antes – e principalmente – para nos indicar a extensão de nossas responsabilidades em relação ao que virá. Precisamos inserir nossos projetos em um horizonte de idealidade que se espraie continuamente não apenas rumo ao futuro, mas também em direção ao passado, de modo a sermos dignos daqueles que nos antecederam. Já os gregos se preocupavam com o ressoar de seus atos eternidade afora. Para esse povo a glória não era uma variação egoísta da vaidade, mas sim a única maneira de, sendo humano, assemelhar-se aos deuses, quer dizer: perviver, existir continuamente, cíclico e esférico como o Ser de Parmênides, mutante e revoltoso como o fogo de Heráclito.

Assim como os homens, suas criações vivem e morrem. Por isso não deixa de ser um pequeno milagre a nova edição de uma revista como esta que, com sua carga de mais de cinquenta anos de história, sabe se renovar unificando esforços e talentos, garantindo a mais viva expressão do ideal helênico da unidade na multiplicidade,

como o leitor poderá logo comprovar. Diversos entre si tanto no espaço quanto no tempo, escritos por jovens pesquisadores ou por nossos antigos e sempre professores, os artigos desta edição da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* apontam para uma única meta: a valorização do humano no contexto do conturbado Estado Democrático de Direito em que vivemos, marcado pela contradição entre normalidade e exceção. Foi-nos uma grata surpresa perceber que, sem qualquer medida prévia nesse sentido, os artigos desta 103<sup>a</sup> entrega dialogam naturalmente entre si, conformando um rico mosaico que tem por centro a frágil centelha do humano em tempos de cólera.

A *SEÇÃO INTERNACIONAL* da revista se inicia com uma reflexão sobre os avanços e os retrocessos do Estado Democrático de Direito no Leste Europeu, em trabalho da lavra do Professor Doutor Antal Visegrády. Na sequência, a rica pesquisa quantitativa – algo infelizmente raro na seara jurídica – da Professora Doutora Maria de Lurdes Fonseca nos indica a tensa relação existente entre a profissionalização dos militares e sua participação nas lutas políticas, tema sensível no Estado Democrático de Direito, o qual ainda deve aprender a lidar com a força necessária à sua manutenção.

A *SEÇÃO NACIONAL* se inicia com uma discussão acerca da obra de Luigi Ferrajoli levada a efeito pelo Professor Doutor André Karam Trindade em artigo no qual aponta alguns dos principais temas a serem desenvolvidos pela teoria do direito contemporânea. Na sequência, o Professor Doutor Eduardo C. B. Bittar apresenta suas teses sobre a técnica e seu papel massificador, sempre tendente a erradicar a estranheza radical que é o direito, disciplina social do múltiplo, do diferente e do irreproduzível por excelência. Alguns desses temas ressoam no terceiro trabalho ora publicado, resultado do esforço conjunto do Professor Doutor Sergio

Marcos Carvalho de Ávila Negri e da Doutoranda Joana de Souza Machado, que pretendem encontrar respostas – ainda que provisórias – para a crise da modernidade jurídica na paradoxal “utopia realista” de Jürgen Habermas, postura que envolveria exatamente a valorização dos direitos humanos e de sua dignidade intrínseca. Um dos caminhos para realizar o irrealizável – a utopia realista – passa certamente pela regulação do espaço abstrato de trocas que chamamos de mercado, assunto desenvolvido pelo Professor Doutor João Bosco Leopoldino da Fonseca no quarto artigo da seção nacional, no qual se discute a relação entre Direito da Concorrência e desenvolvimento humano. Já o Professor Doutor Marcos Antônio Striquer Soares e a Doutoranda Márcia Regina Pitta Lopes Aquino retomam o tema da modernidade jurídica para discutir a pluralidade de significados do Direito em contextos sociais plurais, em texto no qual sobressai, uma vez mais, a matriz interpretativa da dignidade humana. O trabalho seguinte, de autoria da Professora Doutora Mônica Sette Lopes, aposta em uma bela interseção entre Direito e Literatura para trazer à luz outra face do humano: aquela que julga seus iguais. E esse humano julgador – demonstra o artigo – nem se quisesse poderia deixar de ser tão frágil e fascinante como os que são julgados, conformando uma espécie de união incindível que podemos rotular – talvez nunca compreender... – sob o signo da *espécie humana*, sempre e ao mesmo tempo una e múltipla, juíza e ré de si mesma. Por fim, a seção de artigos nacionais termina com um texto da Professora Doutora Soraya Gasparetto Lunardi no qual ela nos oferece a oportunidade de conhecermos o outro – no caso, o controle de constitucionalidade francês – para melhor nos conhecermos.

Neste número, tão propício ao “memorialismo prospectivo” – lembrança que aponta para o futuro – inau-

guramos a seção *MEMORABILIA*, na qual serão publicados textos, discursos e documentos de interesse do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, ao qual esta revista está associada. Com isso pretendemos contribuir para a manutenção e a divulgação de nossa memória institucional, empreitada que ora se inicia com a transcrição da inspirada Aula Inaugural do segundo semestre letivo de 2011 do citado Programa, trabalho de autoria da Professora Doutora Elza Maria Miranda Afonso, que tantos alunos – e professores – formou com seu magistério de décadas nesta Casa. A Aula Inaugural da Professora Elza fecha perfeitamente esta nova edição da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, retomando, centralizando e desenvolvendo ideias presentes em todos os artigos ora publicados, representando – para usar uma imagem constante da Aula – mais um elo na *corrente sem começo nem fim* – cíclica e, portanto, divina, conforme sugerem os gregos – que é o pensamento aberto em direção ao outro; pois sem alteridade, sem a presença deslocadora e conflituosa do outro, não há o mesmo.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2012.

*Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos*  
Diretor da Revista Brasileira de Estudos Políticos